



A RESISTÊNCIA KOSOVAR APÓS A DESINTEGRAÇÃO DA IUGOSLÁVIA SOCIALISTA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4083

Leonardo Pires da Silva Belançon, UEM
João Fábio Bertonha, UEM

Resumo

Na primeira metade da década de 1990, a República Federativa Socialista da Iugoslávia se desintegrou dando origem a cinco repúblicas independentes, entre elas, a federação composta por Sérvia e Montenegro que herdou o espólio iugoslavo e manteve o nome de República Federal da Iugoslávia até o ano de 2003. O desejo de autodeterminação entre as populações que compunham a Iugoslávia socialista, eferescente desde a década de 1980, fez-se presente também na então província sérvia do Kosovo, cuja maioria da população tinha origens albanesas. O Kosovo, assim como a região de Vojvodina - também na Sérvia -, conquistou sua autonomia, mas, encontrou resistência do governo iugoslavo quanto à sua independência resultando em tensões e conflitos naquela região. Com a colaboração de organismos internacionais intervindo nos conflitos e nas negociações de paz, a resistência kosovar levou a então província a declarar sua independência em 2008. Contudo, o reconhecimento do Kosovo ainda é limitado, uma vez que a Sérvia não o considera um país, mas, apenas uma província autônoma. Este trabalho busca realizar um breve resgate histórico sobre a região e o povo kosovar, e também analisar os conflitos que envolveram o Kosovo e a Sérvia durante a segunda metade da década de 1990 e o início dos anos 2000, bem como sua resistência e luta por autodeterminação e independência.

Palavras Chave:

Kosovo; Iugoslávia;
resistência.

Em 1389, os otomanos invadiram e dominaram os Bálcãs, mas, tiveram que enfrentar a resistência dos sérvios, súditos do Príncipe Lazar e habitantes da região em que hoje se encontra a Sérvia e o Kosovo. Embora tenham sido derrotados e dominados pelo Império Otomano até o século XX, a resistência sérvia continuou sendo reverenciada através dos séculos e o nacionalismo daquele povo teve sua gênese a partir da Batalha do Kosovo, por meio dos mitos e lendas patrióticas que versam sobre a bravura e coragem dos sérvios do século XIV, ao enfrentarem as tropas do sultão Murad, dos otomanos, em defesa da fé ortodoxa, iniciando assim a ideia de etnia sérvia tão atrelada a esta corrente religiosa. É plausível inferir ainda que essas lendas e mitos tenham omitido a participação de albaneses, bósnios e croatas na resistência contra os otomanos, conforme analisa José Augusto Lindgren Alves (2013), uma vez que o objetivo dessas histórias patrióticas seria forjar o sentimento de nação em um grupo específico.

Udovicki e Ridgeway (2000) afirmam que ao longo da história os poemas e canções sobre a batalha também estiveram presentes entre os albaneses e que esse povo ajudou a proteger dos otomanos os “tesouros”, as igrejas e os mosteiros ortodoxos. Porém, conforme analisam os autores, o que se crê no imaginário popular sérvio é que os albaneses serviram como soldados dos sultões e ao ocuparem altos cargos na administração da região, foram tão culpados pela diáspora sérvia quanto os turcos-otomanos.

No século XIX, os sérvios tentaram reaver a região do Kosovo por acreditarem ser sua por direito e avançaram sobre o território tentando expulsar os albaneses. A resistência albanesa se organizou e tinha por objetivo impedir que o Kosovo fosse absorvido pela Sérvia. Contudo, no Congresso de Berlim, em 1878, que visava a

reorganização da dominação europeia e turco-otomana sobre os Bálcãs, o anfitrião e chanceler do Império Alemão, Otto von Bismarck, não acreditava haver uma “nação albanesa” e dessa forma determinou que a região ficasse sob domínio otomano. Tal ação custou aos sérvios um “alto e brutal preço em sangue” (UDOVICKI; RIDGEWAY, 2000, p.29). Os albaneses, com o apoio do Império Austro-Húngaro, invadiram e saquearam partes do território sérvio, matando dezenas de pessoas. Apesar dos alertas do embaixador russo em Constantinopla, para a situação a que os sérvios estavam sendo submetidos, nem o Império Turco-Otomano, nem o Império Austro-Húngaro e nem o Império Alemão impediram a ação dos albaneses.

Quando, em 1912, ocorreu a Primeira Guerra Balcânica, travada pelos países sob dominação otomana contra aquele império, os sérvios e montenegrinos ocuparam a região do Kosovo e adentraram no território da Albânia, fazendo com os albaneses aquilo que haviam sofrido, matando, estuprando e saqueando. Nem mesmo cristãos albaneses foram poupados, porque não falavam sérvio e sim albanês (UDOVICKI; RIDGEWAY, 2000). O conflito entre albaneses e sérvios continuou por algum tempo e em 1913, em Londres, Grã-Bretanha, França e Rússia designaram o Kosovo para a Sérvia. Em 1941, a monarquia iugoslava entrou em colapso sob agressão do Eixo. A Itália fascista havia conquistado a Albânia, em 1939, e anexou o Kosovo novamente àquele país permitindo o uso oficial do idioma albanês no Estado e instituindo escolas albanesas. Durante a Segunda Guerra, embora muitos albaneses tenham se juntado aos Partisans comunistas, poucos kosovares o fizeram, pois o status quo da região naquele momento era, em certa medida, favorável àquela população.

O Kosovo na Iugoslávia de Tito

O Kosovo foi libertado do

domínio do Eixo no outono de 1944, pelos Partisans, mas, a população albanesa sofreu retaliação e foi criada uma administração interina cujos postos foram ocupados por sérvios e montenegrinos, grupos minoritários na região. Em 1945, a recém-criada assembleia do Kosovo e Metohija aprovou uma resolução que reincorporava o território à Sérvia, com a garantia de que haveria apoio econômico, político e cultural do governo popular da Iugoslávia. No mesmo ano o Kosovo e a região de Vojvodina se tornaram províncias autônomas com direito a 25 cadeiras no parlamento da federação, 15 para Vojvodina e 10 para o Kosovo (BISERKO, 2012). A política de fraternidade e união entre os povos da Iugoslávia parecia funcionar para os outros grupos nacionais, Sonja Biserko (2012) aponta que para o Kosovo e a população albanesa a situação não havia mudado. Os albaneses kosovares não acreditavam que uma Iugoslávia unificada lhes daria emancipação e eles continuariam sendo um símbolo de dominação eslava, sobretudo sérvia. Ainda segundo Biserko, a população albanesa era vista com desconfiança pelas autoridades porque poderiam ser uma espécie de espiões buscando informações para a “pátria mãe” e, portanto, eram naturalmente suspeitos do que quer que fosse.

Em 1966, os kosovares puderam experimentar alguma emancipação com a fundação de uma universidade em Pristina, capita da província. Naquele momento o nacionalismo kosovar começa a florescer, porém, o debate sobre nacionalismo na Iugoslávia socialista ainda era incipiente, pois havia uma aparente coesão entre os grupos nacionais e ainda não havia embate entre kosovares e sérvios. Em 1968, durante a décima quarta sessão do Comitê Central da Liga dos Comunistas da Sérvia, em Belgrado – capital do país - começaram a aparecer as primeiras manifestações públicas de incômodo com a emancipação kosovar. O escritor sérvio Dobrica Cosic – que se

tornou presidente da República Federal da Iugoslávia, em 1992 – afirmou haver no Kosovo um “albanocentrismo com tendências separatistas” e que a demanda por desenvolvimento econômico e mudança política no Kosovo eram inaceitáveis porque os kosovares não tinham por objetivo a unidade iugoslava (BISERKO, 2012, p.206). O discurso inflamado de Cosic, apoiado pelo historiador Jovan Marjanovic pode ser visto como um dos eventos que reascenderam o nacionalismo sérvio. No final de 1968, o status da província do Kosovo foi modificado e a região passou a ter sua própria constituição e que segundo a qual não haveria distinção entre nenhuma etnia ou grupo nacional habitante da província.

Pela constituição de 1974, Kosovo e Vojvodina foram estabelecidos como constituintes da federação iugoslava e passaram a ter quase o mesmo status que as repúblicas que a constituía. A partir de 1978 o nacionalismo kosovar se intensifica com a celebração do centenário do que seria o surgimento da nação albanesa. Com o estreitamento dos laços culturais do Kosovo com a Albânia, os sérvios da região sentiram-se subjugados, uma vez que eram os kosovares que decidiam e conduziam as relações políticas da província. Àquela altura, as diferenças linguísticas também se tornaram um empecilho, afinal, muitos sérvios jamais haviam aprendido albanês e isso fez com que muitos deles se mudassem do Kosovo (PAVLOVIC, 2009). A partir de 1982, os meios de comunicação sérvios passaram a demonizar os kosovares, acusando-os de terrorismo, estupro etc. Biserko (2012) aponta que a mídia sérvia foi responsável pela incitação a uma histeria coletiva contra os kosovares justificando uma onda de violência contra os habitantes do Kosovo de origem albanesa.

As tensões e os conflitos no Kosovo

A figura de Milosevic como líder nacionalista sérvio já estava em ascensão e,

em 1987, o político compareceu a um comício dos sérvios dos Kosovo no campo onde havia ocorrido a emblemática batalha de 1389. Em seu discurso Milosevic afirmou que “de agora em diante ninguém tem mais o direito de agredi-los” (ALVES, 2013, p.92), em alusão à suposta opressão sofrida pelo povo sérvio por parte dos kosovares. A partir de então a postura em relação aos kosovares endureceu. Em 1989, foi aprovado pelo parlamento um conjunto de emendas que passaram a polícia, o sistema judiciário e a defesa civil do Kosovo para o controle da Assembleia Nacional Sérvia, foram limitados também a autonomia em questões financeiras e de políticas sociais. Na sequência, o parlamento sérvio aprova nova constituição que acaba de vez com a autonomia do Kosovo e de Vojvodina. No ano seguinte, “após os deputados albaneses tentarem boicotar a nova constituição sérvia, o parlamento e o governo da província foram dissolvidos. Logo após o ensino da língua albanesa foi proibido e a imprensa censurada.” (AGUILAR, 2003, p.214).

O Kosovo declarou sua independência no final de 1990 e seu primeiro presidente foi o pacifista Ibrahim Rugova. Udovicki e Ridgeway (2000) afirmam que após a independência, houve um período de resistência “não-violenta” no Kosovo que durou até 1997. Segundo Kirkpatrick (2007), isso se deveu ao fato de que as atenções da Sérvia e da comunidade internacional se voltaram para os conflitos na Bósnia e toda energia e esforços foram direcionados para a região, retirando a questão do Kosovo de suas agendas imediatas. Para Biserko (2012) e Kirkpatrick (2007) as hostilidades sérvias contra o Kosovo foram retomadas em 1995, após o acordo de paz de Dayton que colocou fim à Guerra da Bósnia. Isso porque tal acordo não incluiu a questão do Kosovo em seus debates, para que assim não dificultasse a negociação com o líder sérvio, Slobodan Milosevic, afinal, naquele momento a prioridade era o fim do

conflito na Bósnia-Herzegovina.

Conforme indica Biserko (2012), após o fim do conflito na Bósnia, Milosevic voltou a demonstrar seu poder sobre o Kosovo, o que fez com que os kosovares passassem a demandar uma postura mais firme do líder Rugova, em defesa dos direitos e da autonomia kosovar. O debate se voltou para as dúvidas sobre a eficácia da resistência não-violenta e parte da população passou a considerar legítima uma postura mais ofensiva contra Milosevic. Naquele contexto, em 1996, são observadas as primeiras aparições públicas do Exército de Libertação Albanesa – ELK (em albanês *Ushtria Çlirimtare Kosoves* - UCK), grupo radical que passou a lutar pela independência da província e teve sua atuação intensificada a partir de 1997. Sérgio Aguilar (2003) aponta que por meio de suas ações de guerrilha chegou a dominar 40% do Kosovo, em 1998. Diante da realidade que se apresentava, as tensões e atritos provocaram a escalada da violência com a atuação incisiva do exército nacional iugoslavo, sob comando sérvio, que passou a praticar a limpeza étnica como havia feito entre 1991-1995. A violência dos sérvios contra os kosovares fez com que os políticos moderados, aliados ao pacifista Rugova, apoiassem a resistência violenta do ELK.

A atmosfera conflituosa e violenta que se instalou entre a Sérvia e o Kosovo, fez com que a ONU impusesse um embargo de armamento à Iugoslávia, ainda em 1998. O temor de que um novo conflito como o que havia ocorrido na Bósnia anos antes, se instalasse, fez com que a reação internacional fosse mais rápida que naquele episódio. Sonja Biserko (2012) afirma que os Estados Unidos eram contra a independência do Kosovo por compreenderem que isso poderia contribuir ainda mais para a aparente interminável instabilidade da região. Além do embargo imposto pela ONU, a resolução que o estabelecia determinava também que a Iugoslávia

retirasse a polícia especial do território kosovar, cessasse as hostilidades contra a população civil e autorizasse a atuação de organizações humanitárias, incluindo a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), afinal, àquela altura, o número de refugiados kosovares já chegava a cerca de 200 mil.

Em outubro de 1998, houve uma reunião com os ministros de defesa do Conselho do Atlântico Norte, que autorizaram ataques aéreos à Iugoslávia, na intenção de pressionar Milosevic a cumprir as exigências das Resoluções nº 1160 e nº 1199, que estabeleciam as medidas pacificadoras citadas. Aguilar (2003) afirma que a ofensiva teve efeito e Milosevic estabeleceu um acordo com o representante estadunidense Richard Holbrooke, autorizando a interrupção dos ataques do exército iugoslavo no Kosovo e o estabelecimento de uma missão de observação da OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe) para a certificação de que o acordado estaria sendo cumprido. Aos poucos, milhares de refugiados retornaram ao Kosovo e o ELK estava desestabilizado após os conflitos com o exército iugoslavo, ocorrido naquele mês (BISERKO, 2012).

A elite política sérvia estava descontente com os acordos de Milosevic e receberam o acordo entre ele e Holbrooke com histeria, acusando-o de vender o Kosovo para permanecer no poder. A crítica mais feroz entre os políticos sérvios veio do presidente do Partido Democrata Sérvio, Vojislav Kostunica, que afirmou que o acordo Milosevic-Holbrooke deixaria o Kosovo fora do sistema legal da República Federal da Iugoslávia, podendo ser interpretado como alta traição. Em contrapartida, havia aqueles que apoiavam o acordo e acreditavam que o acordo poderia garantir a unidade da Sérvia e da Iugoslávia, além de prevenir a federação de intervenção internacional, o que poderia desestabilizar o país politicamente (BISERKO, 2012).

Udovicki e Ridgeway (2000)

analisam que embora desestabilizado, o ELK parecia desejar uma intervenção internacional - especificamente ocidental. Isso porque de acordo com Ivo Daalder, membro do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos durante o governo do presidente Bill Clinton, seria dessa forma que o ELK se fortaleceria novamente e o grupo faria o que fosse preciso para atingir seu objetivo, mesmo que isso significasse matar soldados das tropas de paz ou observadores da OSCE (UDOVICKI; RIDGEWAY, 2000).

No começo de 1999, mesmo com o acordo Milosevic-Holbrooke e as sanções da ONU contra a Iugoslávia, as hostilidades e a violência ainda estavam presentes no Kosovo. O exército iugoslavo continuava a invadir vilas e cidades kosovares matando os homens, estuprando as mulheres e espalhando o terror (KIRKPATRICK, 2007). O mesmo modelo de violência foi aplicado durante a Guerra da Bósnia, e Andréia Schwartz Peres (2011) aponta que o objetivo dos sérvios ao assassinar a população masculina de um determinado grupo e estuprar as mulheres desse grupo era impedir a reprodução e perpetuação daquelas comunidades e, se eventualmente uma mulher engravidasse, seu filho seria “metade sérvio”. A antropóloga analisa a situação na Bósnia, mas, uma vez que o *modus operandi* se repete no Kosovo, é possível inferir que o objetivo seria o mesmo.

Kirkpatrick (2007) afirma que a incessante violência iugoslava (ou sérvia) contra os kosovares demonstrava aquilo que já havia sido observado no início da década nas guerras de independência dos outros países da antiga Iugoslávia socialista: se houvesse tropas sérvias, a violência não cessaria. A autora observa ainda que o não cumprimento do acordo feito com Holbrooke corroborava a hipótese de que Milosevic nunca teve a intenção de honrar o acordado e estabelecer o cessar-fogo. Desta forma, a paz deveria ser imposta e não negociada.

Uma reunião para negociar o estabelecimento da paz no Kosovo foi organizada em Rambouillet, na França, em fevereiro de 1999. Estiveram presentes os representantes da Grã-Bretanha, França, Estados Unidos, União Europeia, Rússia e da OSCE, que havia enviado observadores ao território kosovar. Da mesma maneira foram convidados a OTAN, líderes kosovares albaneses e o presidente Milosevic, que enviou um representante. O líder sérvio não se fez presente, porque como afirma Jeanne Kirkpatrick (2007), a OTAN estava em descrédito para ele. A autora cita três motivos pelos quais Milosevic duvidava que a OTAN empregaria uma ofensiva por meio de ataques aéreos, como havia alertado que faria: A organização não havia pressionado a Iugoslávia para que comparecesse à reunião como havia feito anos antes, durante as negociações de Dayton, que puseram fim à Guerra da Bósnia; a OSCE ainda contava com observadores civis desarmados em território kosovar, e para Milosevic a organização não os colocaria em risco bombardeando o território; por fim, o presidente Clinton estava relutante em enviar tropas terrestres ao Kosovo. Depois de semanas de debate, o acordo de Rambouillet falhou e não houve negociação de paz.

Esgotadas as tentativas de negociação, só restava uma única tentativa de estabelecer a paz: a guerra. Os EUA e a OTAN concordaram em dar suporte ao Kosovo fornecendo armamento e empenhando ofensivas contra o exército iugoslavo, da mesma forma que haviam feito com a Croácia e a Bósnia no início da década de 1990. Havia a preocupação de que o envio de tropas para o Kosovo significasse a invasão de um Estado soberano – no caso, a Iugoslávia – mas, o Grupo de Contato¹ havia decidido em Rambouillet que se fosse para proteger os kosovares, não seria invasão. “A

campanha nacionalista de Milosevic havia se tornado um chocante reino de terror direcionado aos kosovares civis, incluindo crianças” (KIRKPATRICK, 2007, p.258).

Os bombardeios à região se iniciaram no final de março de 1999, ativando o que ficou conhecido como Operação Força Aliada. Por mais de setenta dias diversos pontos da região foram castigados pelos bombardeios da OTAN, incluindo a capital sérvia, Belgrado, a kosovar, Pristina, e a montenegrina, Podgorica. Os ataques realizados tanto por aviões, quanto por mísseis disparados por navios posicionados no Mar Adriático, atingiram alvos estratégicos, como prédios da administração do governo. Estradas, ferrovias e aeroportos foram destruídos pelos ataques. Milhares de pessoas foram mortas e outras tantas fugiram da região e apesar da violenta ofensiva a Iugoslávia continuava resistindo. Milosevic conquistou o poder a partir do discurso em defesa das minorias sérvias, dessa forma, sabia que a mobilização da opinião pública poderia ser um trunfo a seu favor e sua estratégia foi tentar sensibilizar a opinião pública internacional. A propaganda sérvia tratou de mostrar ao mundo os erros dos ataques da OTAN, como imagens de civis mortos em ataques aéreos e bombardeios e o problema dos refugiados, causado pela guerra em território sérvio e kosovar (AGUILAR, 2003).

Em maio daquele ano, foi organizado o Tribunal Penal Internacional para Crimes na ex-Iugoslávia (TIPCI) que acusou os líderes sérvios, incluindo Milosevic, de empregar uma campanha de limpeza étnica no Kosovo. Essa foi também uma estratégia para pressionar Milosevic a aceitar os termos do acordo de paz. Gradativamente o líder iugoslavo passou a aceitar a presença internacional no território, desde que fosse a ONU e

¹ Formado durante a Guerra da Bósnia, era composto por EUA, Reino Unido, França,

Alemanha, Itália e Rússia, com o objetivo de negociar os termos e intervir nos conflitos observados na região.

não a OTAN, já que esta estava destruindo seu território, e finalmente assinou o acordo, cessando os ataques. Na sequência o território kosovar foi ocupado por forças da ONU e da Rússia. Em junho, Belgrado aceitou assinar o Acordo Técnico Militar que determinava um calendário para que o exército iugoslavo deixasse o Kosovo e autorizava a presença das forças da OTAN em território kosovar. Forças essas que ficaram conhecidas como KFOR (Kosovo Forces, em inglês, ou Força do Kosovo). Aguilár (2003) aponta:

“com base naquele acordo, a Resolução nº1244 do CSNU [Conselho de Segurança das Nações Unidas], de 10 de junho de 1999, autorizou o estabelecimento de uma administração civil internacional, com autoridade sobre o território e a população do Kosovo por um período inicial de 12 meses. Determinou também que a força de segurança seria estabelecida pela OTAN, que todas as forças sérvias, incluindo policiais e paramilitares, deveriam deixar a província, e que o ELK deveria ser desmilitarizado, tudo para permitir o retorno livre e seguro dos refugiados.” (p.223).

Após o fim da guerra no Kosovo, as ações de intervenção internacional foram no sentido de prover o mínimo de estabilidade política, econômica e social para a região. Os organismos presentes no Kosovo trataram de questões como garantir a retomada da autonomia da então província, estabelecer termos e regulamentação para que a economia e a política pudessem caminhar também de forma autônoma, da mesma forma que a justiça. Outro esforço foi no sentido de tornar viável a coexistência de outros grupos étnico/nacionais, como sérvios e montenegrinos, no território

kosovar. Esse foi um objetivo que sempre esteve presente nas intervenções internacionais nos países da antiga Iugoslávia, uma vez que, ancestrais ou produzidos na contemporaneidade, os ódios entre os grupos nacionais que compuseram a Iugoslávia, de fato existiram. Em fevereiro de 2008, o Kosovo declarou sua independência da Sérvia, contudo a minoria sérvia boicotou a declaração. Mais de cem países, como Alemanha, Itália, França, Croácia, Montenegro etc., já reconheceram sua independência, entre as exceções estão a Sérvia, a Rússia e o Brasil.

Referências

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A guerra da Iugoslávia: uma década de crise nos Bálcãs**. São Paulo: Usina do Livro, 2003.
- ALVES, José Augusto Landgren. **Os novos Bálcãs**. Brasília: FUNAG, 2013.
- BISERKO, Sonja. **Yugoslavia's implosion: the fatal attraction of serbian nationalism**. Belgrade: The Norwegian Helsinki Committee, 2012.
- FERON, Bernard. **Iugoslávia: a guerra do final do milênio**. Tradução: Moacyr Gomes Junior. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- KIRKPATRICK, Jeane J. **Making War to Keep Peace**. New York: Harper Collins, 2007.
- PAVLOVIC, Momoko. Kosovo under autonomy, 1974-1990. In: INGRAO, C.W.; EMMERT, T.A. **Confronting the Yugoslav controversies: a scholars' initiative**. West Lafayette: Purdue University Press, 2009.
- PERES, Andréia Carolina Schvartz. Campos de estupro: as mulheres e a guerra da Bósnia. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.37, p.117-162, 2011.
- UDOVICKI, J.; RIDGEWAY, J. **Burn this house: the making and unmaking of Yugoslavia**. Durham: Duke University Press, 2000.